

O Tribunal Superior Eleitoral concedeu, ontem, o direito de resposta ao presidente José Sarney para refutar no programa do PRN os ataques do candidato do partido, Fernando Collor de Mello, feitos no sábado e no domingo últimos. A decisão fará com que o candidato do PRN fique fora do horário gratuito dentro de 72 horas. Na mesma sessão o Tribunal negou o pedido do presidente para que o programa do PRN ficasse fora do ar pelo tempo em que foram feitos os ataques a sua pessoa, independente do direito de resposta.

O presidente Sarney requereu o direito de resposta por ter sido chamado por Collor de "corrupto e incompetente" nos programas do PRN de sábado à noite, domingo e segunda-feira à tarde. O requerimento de Sarney era para que fosse concedido o mesmo tempo em que foram feitas as acusações — 2 minutos e 30 segundos — em cada horário do PRN, mas os ministros do TSE resolveram acumular esse tempo e conceder de uma vez 10 minutos — cinco na parte da tarde e cinco à noite.

Os ministros não consideraram o pedido do Presidente para que o programa de Collor ficasse fora do ar pelo mesmo tempo em que foram feitas as acusações, independentemente do direito de resposta, por decidirem que o candidato não se encontra na mesma situação de Antônio Pedreira. Os ministros suspenderam anteriormente o programa do candidato do PPB porque o candidato o utilizava apenas para atacar os adversários, o que não é o caso de Collor de Mello.

O presidente queria também ocupar todo o programa do PRN — cinco minutos — para responder a Collor, mas os ministros do TSE consideraram que as ofensas foram praticadas apenas em uma parte dos programas. As críticas feitas no restante do tempo "são normais em uma campanha eleitoral".

Adiar, a tática do Presidente

O presidente José Sarney deverá usar o prazo de 72 hora concedido pelo TSE, para exercer o direito de resposta novamente, de modo a tirar pelo menos metade do horário do PRN de Fernando Collor no último fim de semana de propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e TV. A gravação que seria feita ontem foi adiada, pois a Presidência decidiu esperar a decisão oficial do TSE, e, segundo assessores no Palácio do Planalto, a intenção é adiar a entrega da fita até sexta-feira.

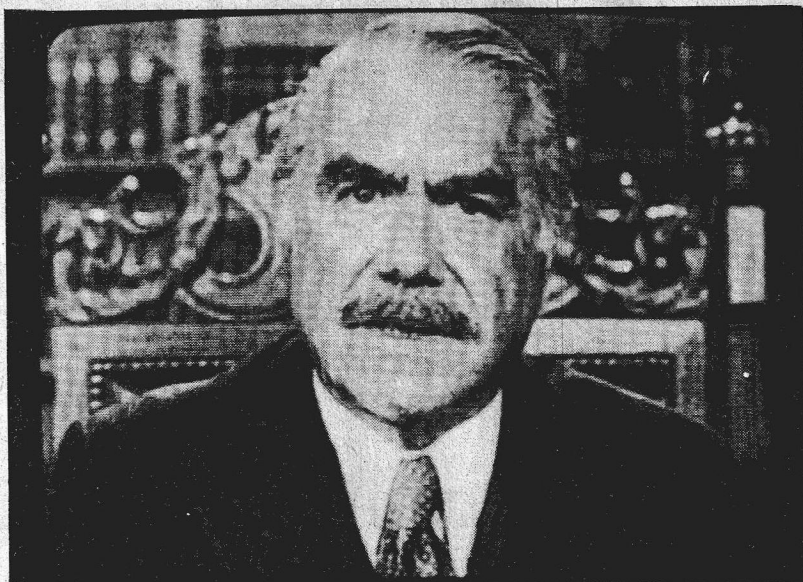
Ao esperar até o fim do prazo de 72 horas a partir da decisão do Tribunal para entregar o material de resposta, o presidente não só aumenta sua audiência, falando no fim de semana, como dá ao seu pronunciamento um tom especial de vingança.

A irritação de Sarney com os constantes ataques do candidato do PRN ao Governo e à figura do presidente, já vinha crescendo, mas, de acordo com um assessor, as denúncias que foram ao ar de sexta à noite e no dia seguinte, na hora do almoço, foram a gota d'água.

O TSE concedeu direito de resposta por dois minutos nos programas, (dois minutos e meio em cada), ao presidente Sarney em função das prgramas denúncias de corrupção do programa da sexta à noite, repetido no sábado. Nos quatro programas seguintes, Fernando Collor fez um longo pronunciamento com diversas denúncias contra o presidente.

Em sua guerra pessoal, Sarney volta à televisão

Presidente pretendia ocupar um programa inteiro do PRN, mas o TSE decidiu que as ofensas tomaram apenas parte do tempo do candidato no horário gratuito na TV



Sarney vai à televisão e adverte: Cuidado em quem votar

Discurso foi em tom de amargura

A imagem de um Fernando Collor transtornado e despreparado foi o que o presidente José Sarney apresentou ontem, ao exercer o direito de resposta ao candidato do PRN em dois pronunciamentos de dois minutos e meio cada. "A Presidência da República não pode ser ocupada por quem não tem equilíbrio moral e não tenha postura pessoal", alertou o Presidente, ao encerrar sua fala.

A abertura do tempo do Presidente — metade do horário reservado ao PRN — mostrava as cenas de um comício em Rio Claro (SP) em que Collor fazia as acusações de corrupção. Em seguida, rápidas imagens de Collor, gritando em quadro parado, foram levadas ao ar. O tom do presidente no pronunciamento que se seguiu, no entanto, foi tranqüilo, embora apresentasse alguns sinais de tensão.

"Sabe Deus a amargura com que estou aqui", iniciou o Presidente, para depois lembrar que o desrespeito não apenas o atingia pessoalmente, como feria o próprio cargo que ocupa. "E eu pergunto: o que não faria no poder quem não respeita, simples candidato, à Presidência da República?"

Mais adiante, o Presidente fez o esperado anúncio de que tinha determinado a entrada de ação contra o candidato na Justiça. Os crimes que, segundo Sarney, Collor cometeu são os previstos nos artigos 324, 325 e 326 do Código Eleitoral. "A Justiça ele vai prestar contas", avisou.

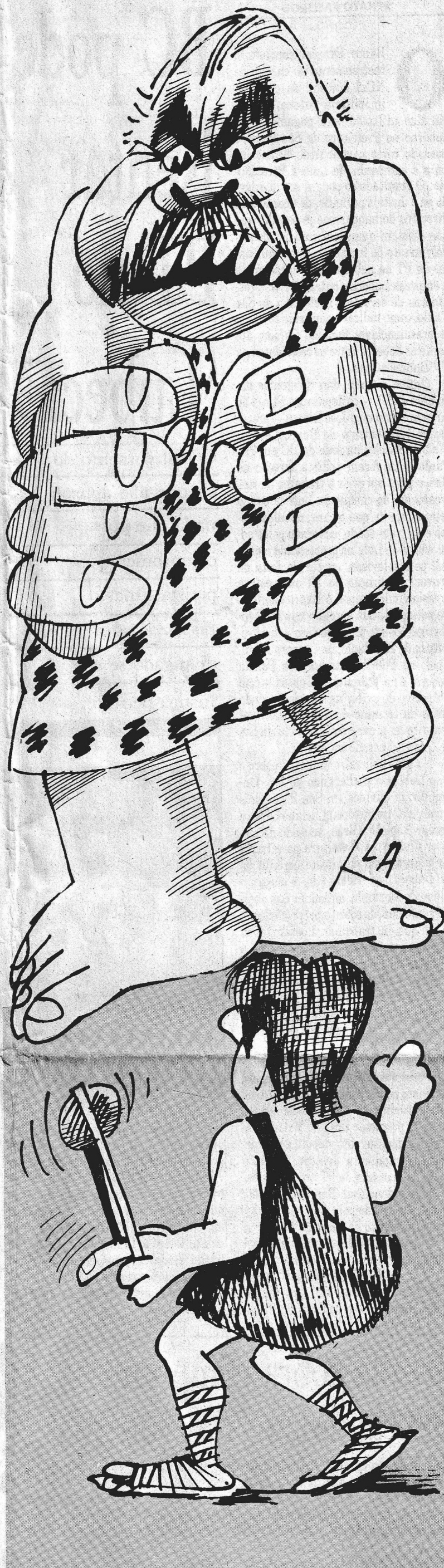
"Um desrespeito à Justiça"

A assessoria do PRN considerou "um desrespeito à Justiça" o pronunciamento do presidente José Sarney, durante o exercício do direito de resposta no horário de propaganda do partido, ontem. O assessor de Imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, reclamou do tom do pronunciamento do presidente, explicando que ele deveria cumprir a determinação do TSE de explicar no horário do PRN as denúncias de corrupção feitas por Fernando Collor, e não o fez.

O assessor chegou a considerar que seria o caso de recurso junto ao TSE. Mas revelou que o advogado Célio Silva, chefe da assessoria jurídica do PRN, teme um desgaste junto aos juizes do Tribunal Superior Eleitoral. Diante da expectativa do julgamento dos pedidos de impugnação da candidatura Silvio Santos, defendida pelo advogado, seria temerário um atrito com os ministros responsáveis pelo processo.

Fernando Collor, segundo Cláudio Humberto, não assistiu ao primeiro pronunciamento do presidente, levado ao ar ontem à tarde. Ele estava em trânsito de São Paulo, onde dormiu, para Vitória (ES). Não ficou decidido também se o candidato do PRN gravará novos pronunciamentos contra o presidente, para serem veiculados nos programas usados por Sarney para exercer o direito de resposta.

Collor acredita ter obtido "novo combustível" para a campanha, ao conceder direito de resposta a Sarney.



A resposta

"Sabe Deus a amargura com que estou aqui. O Brasil é testemunha da brutalidade, da violência, da desumanidade, do desatino com que estou sendo agredido por um candidato profundamente transtornado. Isso degrada a democracia, porque só insulta quem não tem argumento nem fato. Tenho de preservar a dignidade de minha alta investidura que está sendo atingida por quem não tem respeito pelo cargo embora deseje ocupá-lo. Sou vítima da violência, do vandalismo verbal, do terrorismo moral.

E eu pergunto: O que não faria no poder quem não respeita, simples candidato, a Presidência da República? Não se pode fazer das eleições uma tribuna de palavrões e de bravatas. Requeri ao Tribunal o direito de resposta. O ministro do Supremo Tribunal Federal, considerou que a falta do sr. Collor é ofensiva.

A honra do requerente, podendo configurar difamação e, eventualmente, calúnia, reconheceu o meu direito. O sr. Collor cometeu os crimes previstos nos artigos 324, 325 e 326, do Código Eleitoral. Assim, determinei processá-lo é à justiça ele vai prestar contas. Não sou, não tenho candidato à presidência da República. Eu sou o presidente da República e não sou tutor ou responsável por atitude de ninguém. Tenho amigos e colaboradores, com todos os candidatos. E meu dever concluir a transição democrática e garantir no meu governo a maior liberdade que viveu o nosso País. A todos eu tenho tratado com grandeza, respeito e humildade. Não ameacei, não discriminei e nem persegui ninguém. Nada me afastará dessa meta. Nós vamos para as eleições dar posse ao eleito. Continuarei com o meu equilíbrio, que é garantia da paz pública e dos direitos constitucionais. Não perderei a serenidade. A presidência da República não pode ser ocupada por quem não tenha equilíbrio moral e não tenha postura pessoal".

Apesar de tudo, novas acusações

Apesar da reação do presidente Sarney às suas denúncias, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, insistiu, noite passada, durante o horário de propaganda eleitoral gratuita, nas suas acusações contra o Presidente.

O narrador do programa do PRN leu o seguinte texto, antes da fala de Sarney: "O sr. Sarney invade nosso espaço para resposta a Collor. Sarney não deve resposta a Collor. Sarney deve resposta ao povo brasileiro. Sarney tem que responder à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, que apurou a corrupção do seu governo. Sarney tem que responder às acusações contra os seus ministros Saulo Ramos e Aníbal Teixeira. Sarney vai ter de explicar porque Aníbal Teixeira, depois de tanto tempo, continua solto".

"Sarney também vai ter de responder aos 20 quilos de documentos que Collor entregou ao Ministro da Justiça, provando corrupção no governo dele. Sarney tem que responder ao povo brasileiro sobre seu envolvimento nas negociatas denunciadas pelos jornais, que resultaram na candidatura Silvio Santos, esta brincadeira de programa de auditório. Sarney não vai exercitar o direito de resposta. Sarney tem um dever de resposta".